

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

TCU encontra R\$ 5 bi ao ano em concessões irregulares no BPC 3

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

AGU defende a lei da reoneração gradual 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Excesso de impostos estrangula empresas e trava o crescimento 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ministro respalda cassinos 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Empobrecimento e efeito político - CELSO MING 9

O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Conheça o berço das exportações no sul da China 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Trump diz que em breve' vai taxar em 25% as importações da UE, que promete retaliar
..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Saque do FGTS será liberado em duas fases 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com juros e inflação em alta, bancos projetam menos crédito em 2025 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Piora a noção de risco para o País, diz pesquisa 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

País cria 137 mil vagas formais em janeiro, acima das projeções de especialistas 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

BNDES vê desembolsos de 1,5% do PIB em 2026 e 2% do PIB em 2028 23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Rui Costa defende compromisso fiscal e ações de Haddad 25

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Subir juro ante inflação é 'imbecilidade', diz Marinho 27

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Tesouro vê mais interesse de investidor e emite recorde de R\$ 198 bi em fevereiro	28
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA POLÍTICA	
Motor da reforma ministerial é a luta interna	29
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA POLÍTICA	
Líderes do Centrão reclamam de demora na reforma	31

TCU encontra R\$ 5 bi ao ano em concessões irregulares no BPC

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) identificou fraudes na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que somam R\$ 5 bilhões ao ano, após apurar uma série de inconsistências no programa, com diversos beneficiários recebendo o auxílio de forma indevida.

As conclusões foram a julgamento na tarde desta quarta-feira (26), em processo relatado pelo ministro Antonio Anastasia. O relatório de auditoria foi aprovado por unanimidade pelo plenário do TCU.

A auditoria detectou que o BPC tem sido pago a pessoas que não atendem ao critério de renda familiar mensal per capita igual ou inferior a um quarto do salário mínimo, determinado em lei. Segundo os técnicos, 6,3% dos beneficiários estão acima desse limite legal.

Além disso, a corte de contas identificou 6,1 mil casos de acúmulo indevido de benefícios sociais, vedado em lei, com um impacto financeiro anual estimado em R\$ 113,5 milhões. O BPC é um benefício equivalente a um salário mínimo por mês, pago a idosos carentes a partir de 65 anos e a pessoas com deficiência de qualquer idade, também carentes.

Os trabalhos de fiscalização foram realizados de abril a outubro de 2024 e abrangeram o período de 2022 a maio de 2024, totalizando um volume fiscalizado de R\$ 89,64 bilhões. Foi verificado o pagamento do BPC a 2,4 mil beneficiários possivelmente falecidos, além de 937,1 mil outras inconsistências nos registros de titulares do benefício e seus familiares.

O crescimento do benefício é uma das principais preocupações da equipe econômica do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em relação às contas públicas. Em 2024, por exemplo, o benefício cresceu, em termos reais, 14,9% comparado com 2023, totalizando R\$ 111 bilhões. O pacote fiscal aprovado pelo Congresso no fim de 2024 estabeleceu mudanças na concessão do BPC na intenção de reduzir a despesa, que é obrigatória no Orçamento.

As principais causas para o pagamento a pessoas que não atendem aos critérios de elegibilidade ao BPC incluem atrasos na correção de irregularidades, assinalam os técnicos, que também apontam complexidades nos controles da composição familiar

(principalmente quanto à renda informal, omissão de membros e flutuações naturais da realidade socioeconômica).

"O debate acerca do grau de focalização do BPC é fundamental, pois uma má focalização significa que aqueles que mais precisam não estão sendo contemplados e/ou que há ineficiência no gasto do recurso público", alertam os técnicos.

Os auditores do TCU também listam limitações quanto à qualidade e defasagem temporal dos dados disponíveis. Por último, citam dificuldades no acesso a determinados bancos de dados.

A área técnica apresentou determinações para que o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), em 180 dias, tome providências para encaminhar as inconsistências e os riscos de manutenção de benefícios fora dos critérios legais.

Também foram sugeridas aos órgãos a adoção de verificação amostral bienal no BPC, a melhoria na qualidade e completude nos dados de identificação de beneficiários.

"Com a implementação das propostas, espera-se melhorar a focalização do BPC, o processo de reconhecimento do direito e a revisão mensal do benefício, evitando pagamento a pessoas que não atendem o critério legal e promovendo a melhoria na gestão e operacionalização do benefício", assinalou o ministro Anastasia em seu voto.

O TCU também relatou que foi identificado falta de comunicação entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o **INSS** sobre ações revisionais do BPC, uma vez que o MDS não tem informação sobre o resultado da apuração de indícios de superação de renda e acúmulo indevido feita pelo **INSS**.

"Os gestores do MDS informaram à equipe de auditoria que o **INSS** não dá retorno do que foi realizado com os benefícios cujos beneficiários ou membros do grupo familiar foram identificados com indícios de superação de renda ou acúmulo indevido nas notas técnicas encaminhadas para apuração", diz o texto do relatório.

Segundo os técnicos, o MDS "se ressentiu da falta desse retorno porque, além de não poder acompanhar as apurações, fica sem subsídios para realizar o monitoramento de benefícios que deixaram de atender os critérios legais de elegibilidade".

Recentemente o Valor mostrou que está em discussão apertar os controles para o acesso ao benefício na regulamentação da lei aprovada ao final do ano passado. Essa foi a opção que restou, após o Congresso rejeitar a ideia de não pagar o benefício a pessoas que tenham deficiência leve e que não as incapacite para o trabalho.

Procurado, o MDS não se manifestou. Por meio de nota, o **INSS** reconhece os achados da auditoria do TCU e destaca estar comprometido com a melhoria contínua da gestão do BPC, de modo a garantir a "focalização do benefício".

"As campanhas de revisão cadastral já resultaram na suspensão de 109.447 benefícios e na atualização de mais de 1 milhão de cadastros, etapas essenciais para evitar desperdício de recursos", diz a nota. "A cessação definitiva dos benefícios irregulares ocorrerá após análise jurídica individual, garantindo o devido processo legal."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188128?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188128?page=1§ion=1)**

AGU defende a lei da reoneração gradual

Brasília - A Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu, em manifestação enviada ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF), a lei que estabeleceu a reoneração gradual da folha de pagamentos. Trechos da lei são contestados em ação da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A manifestação atende a pedido do relator do caso, Dias Toffoli.

A CNI questiona o trecho que obriga as empresas a apresentarem uma declaração dos incentivos, renúncias, benefícios e imunidades usufruídos.

Em caso de descumprimento dessa regra, a lei prevê multas que vão de 0,5% a 1,5% da receita bruta da empresa, além de 3% sobre o valor omitido ou incorreto. A ação é uma das prioridades da agenda do setor no Supremo.

A AGU argumentou que os requisitos para concessão de benefícios fiscais não pretende restringir o acesso regular às instâncias administrativas ou judiciais, mas coibir abusos.

"Impedir que benefícios fiscais sejam apropriados para finalidades diversas daquelas que justificaram a sua instituição, prevenindo, assim, que atores não colaborativos provoquem distorções no ambiente concorrencial por meio de práticas contumazes de não recolhimento de **tributos**", sustenta a manifestação assinada pelo advogado-geral da União, Jorge Messias.

De acordo com nota do Ministério da Fazenda citada pela AGU, a norma reflete uma preocupação do legislador em face do "volume de benefícios tributários federais verificados ao longo dos anos, correspondentes a percentuais do **PIB** que extrapolam, em muito, a meta de 2%" no prazo de oito anos.

"O montante atual de todos os benefícios federais está estimado em R\$ 523 bilhões de reais no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) 2024 - cerca de 4,6% do **PIB** da proposta, ou 20,6% da projeção de arrecadação federal de R\$ 2,54 trilhões", disse a Fazenda.

Para a CNI, a exigência imposta às empresas na lei da reoneração "não se coaduna com o princípio da simplicidade tributária". De acordo com a confederação, a obrigação criada na lei se soma a uma "miríade" de outras informações que os

contribuintes já devem prestar e a própria **Receita Federal** já teria informações suficientes para cruzar esses dados.

"É manifestamente desnecessário o estabelecimento de mais um dever instrumental dirigido aos contribuintes para que produzam essas informações e as prestem", argumenta a entidade. (Estadão Conteúdo)

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impreso/edic-ao-de-27-02-2025-2/>

Excesso de impostos estrangula empresas e trava o crescimento

O nó tributário brasileiro é uma chaga que sufoca empresas e cidadãos. Um novo estudo feito pelo Grupo AG Capital não surpreende ninguém, mas ainda assim é alarmante: 99% das companhias do país pagam mais **impostos** do que o necessário. E mais: qualquer empresa com folha de pagamento a partir de R\$ 800 mil poderia reduzir sua carga de **impostos** em 30% com a restituição de **tributos** pagos de forma indevida. O levantamento considerou os encargos que incidem sobre a folha de pagamento nos últimos cinco anos, revelando não apenas um problema recorrente, mas um fator estrutural. Trata-se, portanto, de um retrato da ineficiência do sistema tributário brasileiro, que impõe custos excessivos às empresas e compromete a competitividade do país. O estudo também evidencia a urgência da **reforma tributária**, que tem a premissa de simplificar regras, reduzir distorções e garantir maior previsibilidade para o setor produtivo.

Granja Faria confirma abertura do capital na Bolsa de Nova York Maior produtora e exportadora de ovos do Brasil, a Granja Faria vai mesmo fazer uma oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês) de ações na Bolsa de Nova York. Há pelo menos seis meses o mercado especula sobre a possibilidade, que agora foi confirmada pelo próprio CEO da empresa, Ricardo Faria. A intenção é fazer a oferta em 2025, mas apenas no segundo semestre. Um dos objetivos da Granja Faria é acelerar o movimento de internacionalização com novas aquisições no exterior.

As big techs são grupos econômicos que querem dominar a economia e a política mundial, ignorando fronteiras, ignorando a soberania nacional de cada país, ignorando legislações, para terem poder e lucro" Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal

Para Ometto, taxa de juros elevada desestimula investimentos A taxa de juros é a vilã que deteriora o ambiente de negócios do país. Foi isso o que disse Rubens Ometto, fundador do conglomerado empresarial Cosan, durante o evento CEO Conference, promovido pelo banco BTG Pactual.

"Se você tem condição de aplicar o seu dinheiro a 15% ao ano, por que vai correr risco?", questionou. "Isso faz com que todo mundo fique sentado na cadeira, sem fazer nada. Se você tem uma taxa de juros mais

adequada, vai ter de trabalhar para que o negócio dê retorno." Mudança em regras de leilões pode afetar livre concorrência, alerta ETCO O Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) acendeu o sinal de alerta para a possível revisão da Instrução Normativa (IN) 52/2022, que regulamenta os leilões no país.

A entidade teme que a mudança, orquestrada por um grupo de grandes leiloeiros, represente um retrocesso na livre concorrência, favorecendo a manutenção de oligopólios. O ETCO defende que a revisão da IN seja debatida no Congresso, com a participação de todos os setores envolvidos.

RAPIDINHAS

Dois hospitais brasileiros, ambos de São Paulo, estão entre os 100 melhores do mundo em ranking elaborado pela revista Newsweek em parceria com a empresa de dados Statista. O Albert Einstein está na 22ª posição, enquanto o Sírio-Libanês ocupa o 83º lugar. O primeiro posto ficou com o Mayo Clinic Rochester, nos Estados Unidos.

» O Grupo Armco, especializado no mercado de produtos relaminados e dono das empresas Aços da Amazônia e Intacta, entrou com pedido de recuperação extrajudicial.

Suas dívidas chegam a R\$ 750 milhões. De origem americana, a empresa está presente no Brasil desde 1914 e tem capacidade para produzir 22 mil toneladas de aço por mês.

» Pelo segundo ano consecutivo, a empresa de soluções ambientais Ambipar fará a compensação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) do bloco Galo da Madrugada, do Recife.

Em 2024, o evento emitiu 38,6 toneladas de carbono equivalente e foram utilizados 39 créditos de carbono para o processo de compensação.

» A agenda de diversidade está mesmo perdendo força. Um estudo feito pelo instituto Evermonte com executivos brasileiros constatou que o tema ficou em último lugar entre as tendências para 2025.

Diversidade perdeu para assuntos como inteligência artificial (74% de citações), inteligência e análise de

dados (63%) e governança (37%).

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/02/27/all.pdf>

Ministro respalda cassinos

O projeto de lei que autoriza o funcionamento de cassinos e bingos no Brasil avançou no Congresso. O ministro do Turismo, Celso Sabino (União Brasil/Para), defende o projeto com base em estudos de impacto econômico que apontam os benefícios da regularização das atividades para o turismo no Brasil, além de gerar empregos e mais arrecadação de **impostos** para os cofres públicos. "O projeto, na verdade, autoriza a instalação de cassinos em polos turísticos ou complexos integrados de lazer, como resorts e hotéis de alto padrão. Os cassinos também poderão ser instalados em embarcações marítimas, limitadas a 10 no país", explicou o ministro ao Correio. Haverá, também, uma divisão por estados, para que esses polos turísticos possam ajudar no desenvolvimento regional.

Perguntado sobre a tramitação do projeto, Sabino contou que já tratou do assunto com o novo presidente de Senado, Davi Alcolumbre, seu colega de partido. "O projeto já recebeu mais de 400 votos favoráveis na Câmara dos Deputados, e estamos trabalhando para que seja aprovado no Senado em breve." O ministro falou com o Correio depois de ter participado do almoço Lide/DF em Brasília, que teve como anfitrião o empresário e presidente do PSD/DF, Paulo Octávio.

Parlamentares que representam o setor religioso têm resistência ao projeto dos cassinos. "Há cassinos em países evangélicos, cristãos.

Isso não pode ser um impeditivo", argumentou Sabino.

O presidente Lula já declarou que sancionará a lei se ela avançar no Congresso. O presidente da Embratur, Marcelo Freixo, também já vinha se manifestando favorável, mas defende regras com limites para apostas.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, de Serviços e Turismo (CNC) também defende a legalização dos cassinos.

O projeto autoriza a instalação de um cassino em cada estado e no Distrito Federal, com exceção de São Paulo, que poderá ter até três cassinos, e de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas e Pará, que poderão ter até dois cada um, em razão do tamanho da população ou do território.

Os investimentos podem chegar a R\$ 100 bilhões, com a geração de cerca de 1,5 milhão de empregos diretos e indiretos no Brasil.

A arrecadação potencial por ano seria de R\$ 22 bilhões, divididos entre os estados, os municípios e a União. (leia mais na coluna Capital S/A, pág. 16)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/27/all.pdf>

Empobrecimento e efeito político - CELSO MING

CELSO MING

Dureza maior não é a pobreza; é o empobrecimento. Quando a percepção de empobrecimento atinge em cheio as classes médias, como agora, o custo político é inevitável. É o que ajuda a explicar o disparo na reprovação do governo Lula, como mostram as pesquisas.

A cavalgada dos preços da alimentação, de 1,68% em apenas um mês e meio é o primeiro choque sobre o orçamento doméstico. Tão ou mais decepcionantes são as respostas das autoridades para o aumento da carestia: que o consumidor troque carne por ovo, cujos preços logo em seguida disparam; café, por chá; troque laranja por limão; cenoura por abobrinha ou pepino; alface, por chicória... Ou então, vêm as tentativas inúteis de importar o que ficou caro demais; e, mais decepcionante, a chamada de varejistas e de atacadistas para manear nos efeitos da lei da oferta e da procura, como se tivessem perdido o controle das maquininhas de etiquetar preços.

Energia elétrica não dá para substituir. Foi o que subiu 16,3% apenas em fevereiro. Mensalidade escolar também não tem substituto. Os reajustes do início do ano puxaram em fevereiro o item Educação em 4,78%.

O encarecimento da condução e da gasolina torpedeia ainda mais a lista das despesas domésticas. O presidente Lula botou a culpa nos postos de gasolina, sem levar em conta que a carga maior veio com o aumento dos **impostos**.

E tem a alta do dólar, que cortou o sonho das viagens.

Mais os juros. Cobrir a conta mensal do cartão de crédito com outro cartão de crédito é truque de futuro quebrado. Os jornais noticiam que os bancos vêm retomando os imóveis e os veículos financiados, porque muitos compradores não honraram a prestação mensal.

A resposta do governo não passa de paliativos: é um pezi-nho de meia aqui, um saque extra do Fundo de Garantia ali, que não recompõem o poder aquisitivo. Pior, concorrem para o aumento artificial da demanda e da **inflação** que, em seguida, exigirá maior carga de juros, poder aquisitivo ainda mais murcho e maior corrosão potencial da aprovação no governo.

A mãe do empobrecimento da população a gente sabe qual é: a excessiva complacência do governo com as despesas públicas e a iminente esticada da dívida bruta para acima dos 80% do **PIB** e daí para sabe-se lá para onde.

Com a popularidade despencando, o governo Lula se sente ainda menos interessado em investir na austeridade. Tenta deter a derrocada com distribuição de peixes em vez de varas de pescar. E cumpre a nova regra do manual do secretário de Comunicação Social, Sidônio Palmeira, que é colocar o presidente Lula nas rádios e na TV para despachar suas gracinhas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Conheça o berço das exportações no sul da China

KEITH BRADSHER THE NEW YORK TIMES

fileiras de edifícios de concreto branco perto do Rio das Pérolas, no sul da China, abrigam um dos setores que mais crescem no mundo. Ali, oficinas estão produzindo roupas baratas exportadas diretamente para residências e pequenas empresas em todo o mundo. Nenhuma tarifa é paga, e nenhuma inspeção alfandegária é realizada.

Os trabalhadores que fabricam esses produtos ganham apenas US\$ 5 (cerca de R\$ 28) por hora, incluindo horas extras, para jornadas de trabalho que podem durar dez horas ou mais. Eles pagam US\$ 130 (R\$ 742) por mês para dormir em beliches em quartos minúsculos acima de fábricas repletas de máquinas de costura e montes de tecido.

"É um trabalho árduo", disse Wu Hua, que costura calças, sete dias por semana, em uma fábrica em Guangzhou, uma vasta metrópole que margeia o Rio das Pérolas.

Os gigantes do comércio eletrônico criaram vínculos estreitos entre os mercados internacionais e trabalhadores como Hua, abalando o varejo e as economias em todo o mundo.

O número de remessas isentas de **impostos** para os Estados Unidos aumentou mais de dez vezes desde 2016, chegando a 4 milhões de pacotes por dia no ano passado. Remessas semelhantes para a União Europeia aumentaram ainda mais rapidamente, chegando a 12 milhões de pacotes por dia no mesmo período. As remessas isentas de **impostos** para países em desenvolvimento como a Tailândia e a África do Sul também aumentaram.

Agora, uma reação global está em andamento. O presidente dos EUA, Donald Trump, ordenou a suspensão, em 4 de fevereiro, da entrada livre de **impostos**, sem inspeção, de pacotes com mercadorias de até US\$ 800 (R\$ 4,67 mil).

Trump suspendeu temporariamente sua ordem para dar às autoridades tempo para elaborar um plano para lidar com os montes de pacotes que imediatamente começaram a se acumular nos aeroportos para inspeção.

Desde que assumiu o cargo, Trump lançou uma série de ações comerciais, incluindo uma ordem no dia 13 de fevereiro para que seus assessores apresentassem novos níveis de tarifas que levassem em conta uma série de barreiras comerciais.

Mas uma suspensão duradoura das remessas isentas de **impostos** poderia ser uma das medidas de maior alcance.

Até o momento, essas remessas têm contornado não apenas suas novas tarifas, incluindo um imposto de 10% sobre todos os produtos da China, mas também muitas outras tarifas que se acumularam ao longo dos anos.

MINIMIS. A ação dos EUA sobre as chamadas remessas de minimis - pacotes de baixo valor que os serviços alfandegários não se preocupam em inspecionar ou calcular tarifas - foi uma entre muitas. No ano passado, a África do Sul impôs tarifas de 45% até mesmo sobre as menores importações de roupas.

A Tailândia encerrou sua isenção de **impostos** sobre vendas para pacotes importados de baixo valor, embora continue a permitir a entrada sem tarifas de pacotes de até 1.500 baht tailandeses (R\$ 251). E a Comissão Europeia, o braço executivo da União Europeia, propôs este mês o fim do tratamento isento de **impostos** do bloco de 27 nações para pacotes de até € 150 euros (R\$ 890).

Os países citaram diferentes motivos para suas restrições.

Trump alegou que, ao contornar as inspeções alfandegárias, os pacotes isentos de **impostos** se tornaram um canal para a entrada de fentanil e materiais relacionados nos EUA.

A Comissão Europeia citou a necessidade de garantir a segurança dos produtos importados, impedir a falsificação de produtos e evitar a concorrência desleal. A África do Sul e a Tailândia agiram para proteger lojistas locais.

"Temos o dever de garantir que os produtos que entram em nosso mercado sejam seguros e que todos os comerciantes respeitem os direitos dos consumidores", disse Michael McGrath, comissário

europeu.

Esse canto do sul da China, próximo a Hong Kong, tem sido um centro de manufatura de baixo custo para exportação desde a década de 1980, especialmente de vestuário.

Mas o aumento do comércio eletrônico em todo o mundo criou uma demanda cada vez maior por essas remessas.

Guangzhou surgiu como o centro global de remessas de minimis. Em muitos quilômetros quadrados da cidade, as roupas de fast fashion são fabricadas em prédios de concreto com oficinas de costura e, às vezes, alojamentos acima deles.

A Shein e a Temu - gigantes chinesas concorrentes do comércio eletrônico que, juntas, detêm pelo menos um terço do setor de minimis - coordenam grande parte de suas cadeias de suprimentos a partir de grandes escritórios em Guangzhou. A Amazon introduziu seu próprio negócio de minimis, a Haul, para remessas da China.

O setor de minimis da China não se limita a Guangzhou.

Tampouco se limita ao principal pilar do setor, o vestuário.

BRINQUEDOS E CHAPÉUS.

Yiwu, cidade a 965 quilômetros a nordeste de Guangzhou, com um vasto mercado atacadista, tornou-se outro centro.

Ela coordena as exportações de minimis de brinquedos, chapéus e outros itens pequenos de cidades espalhadas pelo delta do Rio Yangtze.

A Shein, em particular, se apresentou como um novo conceito de negócios, conectando clientes distantes com fábricas prontas para cortar e costurar quase tudo. Colaborando com 5 mil oficinas e pequenas fábricas em toda a China, a abordagem da Shein elimina quase que completamente a necessidade de estoque em lojas, ou mesmo de lojas e equipe de varejo.

"Na Shein, reimaginamos a cadeia de suprimentos ao capacitar milhares de pequenas e médias empresas, dando a elas uma visão completa do que nossos clientes querem e precisam", diz a empresa em seu site.

Mas os donos de oficinas em Guangzhou reclamam que a Shein é muito exigente.

A oficina de Li Zhi produziu roupas para uma empresa contratada pela Shein há quatro anos, mas o acordo durou apenas um ano. "A Shein exige alta qualidade, mas oferece preços baixos", disse ela enquanto separava tecidos de renda em uma mesa.

FALTA DE MÃO DE OBRA. Agora, em vez disso, ela vende para atacadistas do mercado interno da China, que lhe oferecem preços mais altos. Mas os negócios continuam difíceis, disse ela, pois a escassez de trabalhadores fez com que o preço de um dia de trabalho chegasse a quase US\$ 70 (R\$ 400), em comparação com os US\$ 48 (R\$ 274) de quatro anos atrás.

Atualmente, na China, quase dois terços dos jovens de 18 anos se matriculam em uma faculdade ou universidade, em comparação com 10% em 2000. Isso fez com que poucos jovens chineses estivessem dispostos a trabalhar em fábricas.

"Os negócios estão se deteriorando a cada ano", disse Li.

"Há cada vez menos trabalhadores agora, principalmente os nascidos nos anos 70 e 80." Se Trump acabar permanentemente com a regra de minimis, as roupas importadas que agora são isentas de **impostos** estariam sujeitas a tarifas básicas de 3% a 30%, mais uma tarifa de 7,5% imposta durante seu primeiro mandato, mais uma tarifa de 10% sobre todas as importações da China que o presidente impôs em 4 de fevereiro.

Além disso, haveria taxas de processamento alfandegário de US\$ 5 a US\$ 20 (R\$ 28 a R\$ 114) por pacote.

A Shein disse que seus fornecedores pagavam a suas equipes o dobro do salário mínimo local. A Temu disse que quase 60% de suas vendas nos Estados Unidos são agora feitas em armazéns americanos com remessas que passam pela alfândega, com tarifas pagas.

ALGODÃO. As vantagens competitivas do setor de exportação de minimis na China vão além de evitar tarifas e contornar as inspeções alfandegárias.

Mais de 90% do algodão da China é cultivado em Xinjiang, uma região no extremo noroeste do país.

Muitos governos ocidentais começaram a restringir ou proibir as importações com qualquer conteúdo de Xinjiang após as prisões em massa realizadas pelas agências de segurança da China e as evidências de trabalho forçado entre os grupos étnicos

predominantemente muçulmanos da região, principalmente os uigures.

As famílias e as pequenas empresas que compram pacotes de minimis da China têm a responsabilidade legal de garantir que seus pacotes não tenham algodão ou outro conteúdo de Xinjiang. Mas os órgãos reguladores no Ocidente têm relutado em apresentar acusações.

Os grandes varejistas, por outro lado, geralmente cumprem a legislação relacionada a Xinjiang quando importam grandes contêineres de roupas para suas lojas.

Os proprietários de oficinas em Guangzhou disseram que não sabiam onde seus fornecedores de tecidos obtinham o algodão.

Yun Congping, proprietário de uma loja de costura em Guangzhou que abastece o mercado tailandês, disse que ele e outros comerciantes precisavam de exportações.

"Se não aceitarmos os acordos" para fornecer exportações a preços baixos, disse ele, "não há mais nada a fazer."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Trump diz que em breve' vai taxar em 25% as importações da UE, que promete retaliar

Os Estados Unidos vão impor sobretaxas de 25% sobre as importações da União Européia (UE), afirmou ontem o presidente americano, Donald Trump. Segundo ele, as tarifas serão aplicadas a todos os setores: - Nós as anunciaremos muito em breve, e elas serão de 25%, de forma generalizada, e se aplicarão a automóveis e todas as coisas - disse Trump em sua primeira reunião de gabinete na Casa Branca.

A proposta de tarifas sobre a UE é nova, mas, segundo um representante da Casa Branca, todas as opções estão sendo consideradas -se as sobretaxas afetariam todas as exportações do bloco ou apenas determinados produtos ou setores - e nenhuma decisão foi tomada.

O presidente dos EUA reiterou suas queixas contra a UE, que, segundo ele, "não aceita seus carros ou seus produtos agrícolas". Trump disse ainda que os europeus "se aproveitam" dos americanos, de uma maneira diferente de Canadá e México, outros países ameaçados de sobretaxas:

- Eles não aceitam nossos carros. Não aceitam nossos produtos agrícolas. E nós aceitamos tudo deles, temos um déficit em torno de US\$ 300 bilhões com a União Européia.

'SOMOS O POTE DE OURO'

A Comissão Européia contesta esse déficit. Afirma que são US\$ 157 bilhões conside-rando-se apenas mercadorias, caindo para apenas US\$ 50 bilhões se o superávit americano em serviços for levado em conta.

-A União Européia foi criada para ferrar os Estados Unidos. Esse era o objetivo, e eles o alcançaram. Mas agora eu sou o presidente -afirmou Trump, acrescentando que os países europeus podem se sentir tentados a retaliar, mas "não o farão".

Ele reforçou:

-Nós somos o pote de ouro. Basta não comprarmos mais nada deles. Se isso acontecer, nós ganhamos.

Ao tomar conhecimento das afirmações de Trump, o porta-voz da Comissão Européia, Olof Gill, afirmou que o bloco reagirá "com firmeza e de imediato":

- Estamos prontos para uma parceria quando se joga pelas regras. Mas também vamos proteger nossos consumidores e nossas empresas.

A UE já preparou várias listas de produtos americanos que podem ser alvo de tarifas retaliatórias se

Trump levar seus planos adiante, de acordo com a Bloomberg News. O bloco poderia retomar as sobretaxas adotadas no primeiro mandato do republicano.

Os Estados Unidos são o maior investidor na UE, e vice-versa. De acordo com a Comissão Européia, em 2022, os investimentos europeus nos Estados Unidos atingiram 5,3 trilhões (US\$5,5 trilhões).

O anúncio de Trump, ainda que não seja oficial, ocorre dois dias depois de ele ter se reunido com o presidente francês, Emmanuel Macron, em Washington. Macron havia se mostrado confiante de que o americano não entraria em uma disputa comercial com a UE, para se concentrar na negociação com a China:

- Não se pode ter uma guerra comercial com a China e a Europa ao mesmo tempo. Espero tê-lo convencido - disse Macron à rede Fox News depois do encontro.

MARÇO OU ABRIL?

Desde que assumiu, em 20 de janeiro, Trump tem ameaçado impor "tarifas recíprocas" sobre os parceiros comerciais dos EUA para combater um comércio que ele considera "injusto e desequilibrado".

Falando com jornalistas antes da reunião de gabinete, Trump foi perguntado se planejava seguir adiante com as tarifas de 25% sobre as importações de Canadá e México, previstas para entrarem em vigor em 4 de março.

- Eu não vou parar com as tarifas - disse Trump, afirmando que os EUA foram vítimas de anos de maus-tratos por parte de seus vizinhos.

No entanto, ele depois falou que essas tarifas seriam implementadas em 2 de abril. Não ficou claro se o presidente queria dizer que estava dando mais tempo

aos países ou se havia confundido as tarifas do Canadá e do México com um programa separado, em desenvolvimento pelo Departamento de Comércio e pelo Representante Comercial dos EUA, para impor as chamadas tarifas recíprocas a diversos países.

-E digo a vocês, no dia 2 de abril -eu ia fazer no dia 19 de abril, mas sou um pouco supersticioso, então fiquei com 2 de abril -as tarifas vão entrar em vigor, não todas, mas muitas delas. E acho que vocês verão algo surpreendente.

Um funcionário da Casa Branca afirmou ontem que o prazo para as tarifas sobre o Canadá e o México continua sendo 4 de março e que Trump ainda não decidiu se concederá outra prorrogação - inicialmente, elas entrariam em vigor este mês. Já o relatório sobre as possíveis tarifas recíprocas tinha previsão de ser publicado no dia 19 de abril. Elas também afetarão Canadá e México, sobrepondo-se aos **impostos** sobre importação que Trump ameaçou impor devido ao tráfico de drogas e à imigração ilegal, afirmou o funcionário.

CETICISMO E PREOCUPAÇÃO

Os comentários do presidente americano sobre o crono-grama das tarifas voltaram a confundir os mercados globais. O peso mexicano e o dólar canadense subiram, sugerindo ceticismo dos investidores em relação às declarações do republicano.

Trump e outros funcionários do governo já deram respostas contraditórias sobre se as tarifas de 25% para o México e o Canadá seriam adicionais às chamadas tarifas recíprocas -que são baseadas nas barreiras tarifárias e não tarifárias impostas às mercadorias dos EUA por outros países - ou se fariam parte do programa previsto para entrar em vigor em abril.

As tarifas sobre os países vizinhos preocupam especialmente as montadoras. O executivo de uma fornecedora de autopeças europeia disse ao jornal britânico Financial Times que "os consumidores não conseguiram absorver a alta nos preços de veículos, e as vendas vão cair."

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Saque do FGTS será liberado em duas fases

A medida provisória (MP) com a liberação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) para quem aderiu ao **saque-aniversário**, a ser publicada amanhã, prevê o pagamento em dois meses: março e junho.

Foi o que antecipou, ontem, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

Segundo ele, os pagamentos, que totalizam R\$ 12 bilhões, começarão a ser feitos em 6 de março, seguindo uma tabela por mês de aniversário. Nesse grupo, estão as pessoas que têm direito a até R\$ 3 mil.

O ministro afirmou que essa primeira etapa vai beneficiar 11,4 milhões de trabalhadores, correspondentes a 93,5% dos 12,3 milhões com direito a sacar a totalidade do **FGTS** retido.

Ele estima que cerca de metade dos R\$ 12 bilhões será depositado na primeira fase. O restante, para quem tem mais de R\$ 3 mil retidos, será liberado em uma segunda etapa, em junho.

Marinho destacou os trabalhadores que optarem pelo saque -aniversário e vierem a ser demitidos não poderão sacar o saldo, conforme as regras atuais.

Ele explicou que a liberação extraordinária foi uma maneira de fazer "justiça" para com os trabalhadores que não tinham entendido as regras do **saque-aniversário**.

Recuo Marinho afirmou que o governo federal recuou da intenção de extinguir o **saque-aniversário**.

Segundo ele, a decisão ocorreu após resistência do Congresso Nacional, que já havia sinalizado que não aprovaria o fim da modalidade.

"O **saque-aniversário** é uma distorção da função do fundo.

Mas o governo não decide essas questões sozinho. O Parlamento diz que não tem chance de prosperar [o fim do **saque-aniversário**]. Então não vou ficar insistindo, se não tem chance de prosperar. Não vamos criar um constrangimento com o Parlamento.

Quem sabe, no futuro, se rediscute isso", afirmou Marinho, completando que não desistirá de atuar contra a modalidade. "Eu vou continuar militando para

acabar com o **saque-aniversário**. Porque aqui tem vários atores nessa mesa. Não são somente os bancos, tem o trabalhador, que é o ator principal, e tem a construção civil. Ele é, ao mesmo tempo, uma poupança protetora do trabalhador e um fundo de investimento de infraestrutura para aumentar a produção do país. O **saque-aniversário** é uma distorção do papel do fundo", disse o ministro.

Mudanças Criado em 2019, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o **saque-aniversário** permite que o trabalhador retire anualmente uma parte do saldo do **FGTS** no mês de seu aniversário. No entanto, a adesão à modalidade impede o saque integral do fundo, em caso de demissão sem justa causa. Com a MP, os trabalhadores que foram demitidos desde janeiro de 2020 poderão obter o recurso. Mas a medida tem um prazo de validade. Após o período determinado pelo governo, os trabalhadores que permanecerem no **saque-aniversário** e forem demitidos não terão mais direito ao saldo total do **FGTS**, voltando a ficar sujeitos à restrição da regra original.

Atualmente, há duas modalidades disponíveis para o trabalhador sacar o saldo do **FGTS**: o saque-rescisão e o **saque-aniversário**. O saque-rescisão é a opção padrão para todos os trabalhadores com carteira assinada. Nesse modelo, quando ocorre uma demissão sem justa causa, o profissional tem direito a sacar o valor integral disponível no **FGTS**, além de receber a multa rescisória de 40% sobre o saldo acumulado. Esse formato garante ao trabalhador um suporte financeiro imediato em caso de desligamento.

Já o **saque-aniversário** é uma modalidade opcional. Nessa alternativa, o trabalhador pode sacar anualmente, no mês do seu aniversário, uma parcela do saldo do **FGTS**, que varia entre 5% e 50% do total acumulado, conforme a quantia disponível na conta. No entanto, caso seja demitido sem justa causa, ele não poderá sacar o saldo integral do **FGTS**, tendo acesso apenas ao valor referente à multa rescisória, sendo obrigado a aguardar dois anos para acessar a totalidade do saldo acumulado na conta.

Aquecimento Segundo André Matos, CEO da MA7 negócios, o impacto dos R\$ 12 bilhões do **FGTS** na economia pode gerar um impulso significativo no varejo, contribuindo para uma recuperação econômica. "O mercado já precificou um novo aumento de um ponto percentual na taxa de juros, e essa elevação é dada como certa.

No entanto, as próximas decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) permanecem incertas, embora a tendência seja de estabilidade. Somente a partir do segundo semestre será possível enxergar um cenário menos desafiador", afirmou Matos.

Para Pedro Ros, CEO da Referência Capital, em um cenário de **inflação** persistente e juros elevados, parte desse estímulo pode ser absorvida por preços mais altos, reduzindo sua efetividade.

"Além disso, essa medida repete estratégias de governos anteriores, focando na popularidade em vez de resolver entraves como baixa produtividade e investimentos insuficientes", explicou.

De acordo com Ros, o esvaziamento do **FGTS** também compromete o financiamento habitacional e de infraestrutura, setores essenciais para o crescimento sustentável. "Embora possa gerar um alívio momentâneo no mercado, a estratégia não altera a trajetória da economia e reforça a necessidade de reformas estruturais para destravar o crescimento", disse.

Lembrando que a janela aberta agora, pelo governo, será momentânea, os especialistas destacam que, quem aderiu ao saque -aniversário e deseja ter acesso irrestrito ao fundo no caso de uma eventual demissão, deve avaliar se vale a pena permanecer na modalidade ou optar pelo saque-rescisão, garantindo maior segurança financeira para o futuro.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2025/02/27/all.pdf>

Com juros e inflação em alta, bancos projetam menos crédito em 2025

Após um lucro combinado de R\$ 112,7 bilhões em 2024, alta de 16,4% em um ano, os maiores bancos do País entram em 2025 com velas ajustadas diante do aumento dos riscos para o crédito. Com juros e **inflação** em alta, as instituições financeiras querem manter o crescimento, mas vão desacelerar em relação a 2024 e devem concentrar o foco em negócios que apresentam menores riscos.

Entre os três maiores bancos privados (Itaú Unibanco,

Bradesco e Santander), isso significa concessão concentrada em linhas de pessoas físicas para clientes conhecidos, e com um percentual maior de garantias. Já o Banco do Brasil, segundo maior banco brasileiro em volume de ativos, deve se valer das exposições ao agro-negócio e a carteiras de pessoas físicas que são menos voláteis - duas vantagens que têm mantido seus índices de inadimplência no pelotão vencedor do setor.

"Aos poucos, os bancos começam a convergir para o pessimismo que observamos nos preços dos ativos, nas curvas de juros", afirma o analista de instituições financeiras da XP, Bernardo Guttmann. "A preocupação com o **PIB** e a **inflação** deve começar a se refletir na renda das famílias, levando a uma desaceleração na concessão de crédito neste ano."

As projeções das instituições para este ano deixam clara essa tendência. Itaú e Bradesco divulgaram expectativas de crescimento de carteira que ficam abaixo dos números observados em 2024. Enquanto o Itaú fala em até 8,5% (ante uma expansão de 15,5% no ano passado), o Bradesco projeta um número entre 4% e 8% (abaixo dos 11,9% de 2024). O Santander não informa projeções, mas já começou a colocar o pé no freio desde o terceiro trimestre do ano passado.

A percepção do mercado é de que o movimento é preventivo. "Vejo muito mais uma visão conservadora dos bancos do que uma piora de fato. Olhando os dados do quarto trimestre e as projeções de despesas com provisão, nenhum dos números foi ruim", diz Gustavo Schroden, analista de instituições financeiras do Citi.

A mudança de expectativa é comum a todo o setor. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou

na semana passada que as projeções do setor para o crescimento do crédito neste ano caíram de 9% para 8,5% desde dezembro, diante da piora do cenário. No ano passado, o crédito cresceu 10,9% no País.

Os números de 2024 e do quarto trimestre destoam do que se espera para 2025. "A dinâmica de resultado foi bem parecida com a do terceiro trimestre, refletindo um ambiente estável, inadimplência controlada, expansão da carteira, muito em linha com as projeções", afirma Guttmann, da XP.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Piora a noção de risco para o País, diz pesquisa

A percepção de riscos para o Brasil aumentou no ano passado, segundo estudo do Centro Adam Smith para Liberdade Econômica, um think tank sediado na Universidade Internacional da Flórida, em Miami. A conclusão faz parte da primeira edição anual do relatório Índice e Análises de Riscos de Países da América Latina, que entrevistou ao longo de 2024 especialistas de diversas áreas em seis países: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México e El Salvador.

A pesquisa permite acompanhar a evolução do clima político, econômico e social nessas regiões. O objetivo é aferir as tendências que podem afetar as decisões de investimentos de empresas e organizações não governamentais em cada país.

Na média das três coletas quadrimestrais de dados do ano, o Brasil registrou a melhor nota entre os países analisados, mas também foi o que apresentou a maior piora das notas entre o primeiro e o terceiro quadrimestre. A nota média de riscos do Brasil no ano ficou em 3,13 pontos: saiu de 3,07, em abril, para 3,32 em dezembro.

Quanto maior a nota, maior a percepção de riscos. Colômbia e El Salvador também registraram aumento da percepção de riscos. A Argentina foi o país que teve a melhora mais significativa, com a nota indo de 3,49 para 3,06 pontos.

Cada país contou com uma instituição parceira para realizar a coleta de dados. No Brasil, foi escolhido o Instituto Millenium, com coordenação dos economistas e pesquisadores associados Paulo Resende e Mariana Piaia.

Foram ouvidos no Brasil, a cada quatro meses, 30 representantes de cinco áreas: academia, jornalistas, mercado corporativo, organizações não governamentais e governo. Eles responderam a um formulário quantitativo e depois foram entrevistados para explicar e aprofundar a análise das suas respostas. "Buscamos manter as mesmas pessoas entrevistadas de um período para outro, e equilibramos perfis profissionais com abrangência de posições políticas e por gênero, para dar uma visão mais ampla", diz Resende.

RISCOS POLÍTICOS. Dos oito sub-ítem relacionados a risco político no Brasil, seis pioraram. Por exemplo,

os entrevistados identificaram uma deterioração nas relações entre o Poder Executivo e o Legislativo. "No começo do atual governo, havia a sensação de que se havia costurado um acordo com o Legislativo, mesmo que ele fosse de oposição. Esse acordo se deteriorou e há uma tendência de aumento de risco." O dado positivo nesse campo foi a forte melhora com relação à possibilidade de uma ruptura política. A nota desse item caiu de 4,1, em abril, para 2, em dezembro. "No começo do ano, ainda havia aquele ânimo muito exacerbado por conta dos eventos do 8 Janeiro de 2023. Era algo um pouco mais recente. Mas o receio de acontecer um golpe de Estado acabou sendo diluído com o tempo."

RISCOSECONÔMICOS. As mesmas tendências registradas quanto ao cenário político foram vistas com relação à economia. Em praticamente todos os indicadores, as notas em dezembro traziam maior sensação de riscos do que em abril. "O clima para investimentos no começo do ano, estava no terreno neutro e foi para o positivo em agosto. Mas até dezembro piorou bastante", diz o pesquisador. "O risco fiscal apareceu repetidamente, nas entrevistas, como o principal fator de preocupação."

Segundo o economista, o descontrole de gastos do governo é visto como "gerador de diversos problemas, como a **inflação** alta para o futuro". "Mas afeta também as perspectivas de crescimento da economia, de desvalorização da moeda e de turbulência econômica", completa ele.

Pelo lado positivo, uma grande preocupação do começo de 2024, o risco de expropriação de ativos, diminuiu fortemente ao longo dos meses. Começou o ano como o item visto como o de pior nota e terminou como o de melhor.

RISCOS SOCIAIS. Os riscos sociais avaliados pelo estudo podem ser divididos em dois grupos: um envolvendo a possibilidade de ruptura social e outro de crime e corrupção. O primeiro grupo fechou o ano no terreno neutro. Houve até uma melhora na percepção de possibilidade de greves e protestos de grande impacto. "Nesse ponto, o Brasil está num território que não é crítico. O País se mostra relativamente estável comparado aos outros, sem querer minimizar quaisquer problemas", diz o economista.

Porém, durante todo o ano passado houve notas altas de riscos envolvendo crimes, com piora até dezembro. "A percepção de criminalidade aumentou. A infiltração do crime organizado nas instituições foi muito apontada pelos entrevistados, e é tratada como um risco elevadíssimo."*

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

País cria 137 mil vagas formais em janeiro, acima das projeções de especialistas

Após o fechamento de 546.624 vagas em dezembro de 2024, segundo dado revisado, o mercado de trabalho formal registrou um saldo positivo de 137.303 carteiras assinadas em janeiro deste ano, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho. O resultado do emprego no mês passado decorreu de 2.271.611 admissões e 2.134.308 demissões. No mesmo período de 2024, houve abertura de 173.233 vagas com carteira assinada, na série ajustada.

O resultado veio acima da mediana das projeções de analistas consultados pelo Projeções Broadcast. A mediana indicava a criação líquida de 50,5 mil vagas com carteira assinada e o intervalo das estimativas, todas positivas, variava de 20 mil a 240 mil vagas formais criadas.

A alta não esperada - vista como sinal de que a economia continua aquecida, com risco de pressão sobre a **inflação** - acabou ajudando a mexer com o humor do mercado, já afetado no dia pelo discurso do presidente Donald Trump, dos EUA, de novas tarifas comerciais e pela expectativa de novas trocas de ministros no governo Lula. O dólar subiu 0,86% e fechou cotado a R\$ 5,80. Já o índice Ibovespa, o principal da Bolsa brasileira, terminou a sessão de ontem em queda de 0,96%, aos 124.768 pontos.

Declarações do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, contra a atual política monetária também foram recebidas com desaprovação no mercado. Marinho foi questionado sobre as sinalizações que constam nas comunicações oficiais do Comitê de Política Monetária (Copom), que citam um crescimento da economia acima da capacidade de produção e de como isso afeta a **inflação**, que está além do teto da meta. De acordo com analistas, um aumento nos juros seria necessário para controle da atividade econômica.

"Isso é uma imbecilidade. Precisamos estimular o crescimento da economia, produzir mais para controlar a **inflação**. Não é inibir. Se a gente inibir crédito e aumentar juros, você inibe investimento. Se você inibe investimento, você está inibindo ter mais produção para ter mais produto na prateleira para controlar a **inflação** pela oferta. Não existe só um mecanismo de controlar a **inflação** só pela restrição."

A avaliação do ministro é de que, se o Banco Central "entrar na onda" do mercado e elevar os juros, vai inibir a economia e impactar os investimentos. "Não pode aumentar os juros, porque isso inibe investimento e estrangula o Orçamento da União, dos Estados e municípios."

MERCADO AQUECIDO. O setor da indústria puxou o desempenho do emprego para cima no mês passado com a criação de 70.428 postos formais, seguido pelos serviços, que abriu 45.165 vagas. Já a construção criou 38.373 vagas em janeiro. Houve ainda a abertura de 35.754 vagas no setor na agropecuária. Já o comércio registrou fechamento de vagas, em 52.417 postos.

De acordo com o Caged, no primeiro mês do ano, 17 das 27 unidades da Federação obtiveram resultado positivo na criação de postos de trabalho. O melhor desempenho entre os Estados foi registrado em São Paulo, com saldo positivo de 36.125 postos de trabalho. Já o pior aconteceu no Rio, onde 12.960 vagas foram fechadas.

O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada foi de R\$ 2.251,33 em janeiro. Comparado ao mês anterior, houve um acréscimo de R\$ 89,01, alta de 4,12%.

SURPRESA. Na análise do economista do ASA Leonardo Costa, com o resultado, a expectativa é de um Produto Interno Bruto (**PIB**) forte no primeiro trimestre, sob influência do setor agropecuário. "A surpresa com o Caged ainda é preliminar, mas indica crescimento da economia um pouco maior no período."

Para o economista da Terra Investimentos Homero Guiz-zo, o resultado de janeiro "impressionou". "Além da aceleração na criação de vagas, vimos aceleração de mais de 4% do crescimento do salário médio real. Deixa a impressão de que o dado de dezembro parece ter sido um ruído", afirma.

Guizzo avalia que é preciso aguardar a confirmação dos dados da taxa de desemprego, mas considera que, em princípio, o mercado de trabalho não está desacelerando como o esperado, o que pode indicar um risco maior para a **inflação**.

"Tivemos um mês de dezembro com resultados muito ruins. Parecia que a atividade poderia ter uma desaceleração mais abrupta", avalia o chefe de macroeconomia da Kínitro Capital, João Savignon. Apesar disso, o resultado de janeiro não altera a perspectiva de acomodação das taxas de criação de vagas ao longo de 2025. "O mercado de trabalho reage de forma defasada à atividade e aos juros elevados." fernanda

TRISOTTO, GABRIELA JUCÁ E ANNA SCABELLO

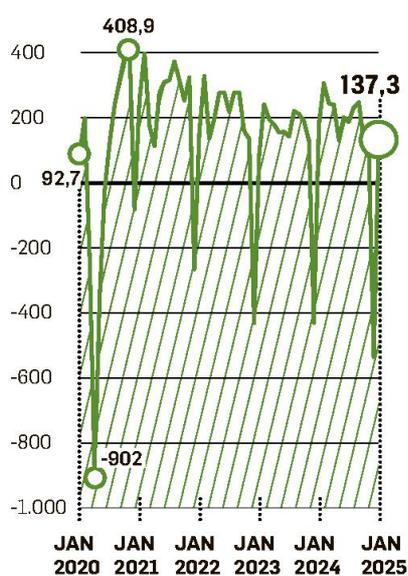
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

MERCADO AQUECIDO

Desempenho do emprego em janeiro reverte queda em dezembro de 2024

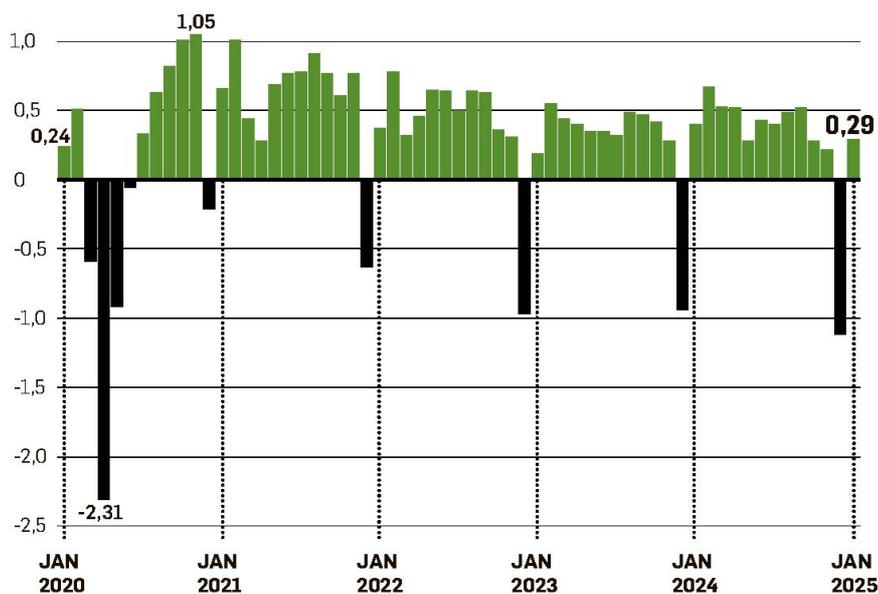
Saldo

ADMISSÕES MENOS DESLIGAMENTOS
EM MILHARES DE VAGAS



Variação*

EM PORCENTAGEM



*A VARIÇÃO MENSAL DO EMPREGO TOMA COMO REFERÊNCIA O ESTOQUE DO MÊS ANTERIOR, SEM AJUSTES

FONTE: NOVO CAGED - MTE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

BNDES vê desembolsos de 1,5% do PIB em 2026 e 2% do PIB em 2028

A meta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é elevar os desembolsos do banco de 1,1% para 1,5% do PIB até 2026, com perspectiva para chegar a 2% do PIB até 2028. Esse aumento não deve afetar a política monetária, diz Nelson Barbosa, diretor de planejamento e relações institucionais do banco. O nível de aprovação de crédito, diz, deverá chegar do atual 1,8% para 2% do PIB já em 2026. A ideia é que as aprovações se estabilizem, então, nesse patamar.

A diferença atual entre o nível de aprovação e o de desembolsos, segundo Barbosa, se explica por três fatores. O primeiro é que as aprovações estão retomando, principalmente operações de médio e longo prazo, com muito crédito para a área da infraestrutura. O segundo fator é que o PIB está maior, o que eleva o denominador, ressalta. O último fator, diz, é que o BNDES está sendo afetado pela potência da política monetária.

Quando a Selic sobe, também sobe a Taxa de Longo Prazo (TLP), que é a taxa mais usada pelo banco para financiamentos de médio e longo prazo, observa Barbosa. A TLP é calculada com base na inflação e nos juros reais da Nota do Tesouro Nacional série B (NTN-B). "Às vezes a TLP fica mais baixa que a Selic, às vezes mais alta, dependendo da curva de juros. Quando a TLP está mais baixa, é um incentivo à contratação de crédito. Quando a TLP fica mais alta, que é o que está acontecendo agora, o incentivo é para adiar o projeto ou usar outras fontes, o que leva para o mercado de crédito." O efeito, diz ele, fica claro no nível de consultas.

Segundo os dados do BNDES, as consultas ao banco totalizaram R\$ 327,7 bilhões em 2024, 127% a mais que os R\$ 144,3 bilhões de 2022. Barbosa lembra, porém, que o crescimento maior se deu de 2022 para 2023, quando a alta foi de 87,7%. No ano seguinte, diz, o aumento desacelerou para 21% e mais recentemente foi observada tendência de estabilidade. "Então, contrariamente ao que se diz, a gente é mais afetado pela política monetária do que a gente afeta a política monetária, que é o normal."

As consultas feitas pelas empresas são a primeira etapa dos pedidos de financiamento em operações diretas do BNDES. Após análise e deliberações, o pedido pode ser aprovado e, nesse caso, o

desembolso, que é a efetiva liberação de recursos, é feito à medida que a execução dos projetos contratados acontecem.

Dentre as aprovações de 2024, a maior parcela, de R\$ 74,6 bilhões, foi para infraestrutura. Em 2023, diz Barbosa, foram muitos projetos de saneamento e, no ano passado, concessões de rodovias e energia, com expansão de energia solar e eólica. A expectativa é que após as concessões de rodovia venham as de ferrovia, embora isso dependa ainda da discussão do marco regulatório.

A indústria teve R\$ 52,4 bilhões aprovados no ano passado e pela primeira vez desde 2018 superou os valores da agropecuária, que ficou com R\$ 52,3 bilhões. As aprovações em comércio e serviços somaram R\$ 33,4 bilhões em 2024.

A infraestrutura também liderou os desembolsos de 2024, com R\$ 49 bilhões, seguido de agropecuária, com R\$ 35 bilhões. A indústria veio em seguida, com R\$ 26 bilhões, e comércio e serviços, com R\$ 24 bilhões.

Barbosa destaca ainda que, do total de R\$ 212,6 bilhões em aprovações de 2024, 38,4% são recursos incentivados e apenas 0,7% é não reembolsável. Ou seja, 60,9% foram a taxas de mercado. As aprovações com recursos incentivados em 2024 foram distribuídas principalmente em Plano Safra, Mais Inovação, Fundo Social Emergencial RS e Fundo Clima.

Barbosa rebate críticas de que o governo federal está usando fundos para, via BNDES, colocar despesas fora da contabilização do resultado primário. Entre fundos que são apontados pelos economistas e que estariam sendo usados dessa forma, está o Fundo Clima. Esse fundo, diz Barbosa, teve R\$ 10,2 bilhões em crédito aprovado pelo BNDES em 2024. O valor significou 4,8% das aprovações do ano passado. O desembolso efetivo, diz ele, foi de R\$ 1,1 bilhão. Ou 0,8% do total de desembolsos de 2024.

"Isso não é primário e não deve ser primário porque é uma operação financeira. Está no orçamento do governo, é transparente e o manual do FMI [Fundo Monetário Internacional] não caracteriza isso como despesa primária. Não há impacto direto no resultado primário do governo, mas há impacto indireto, porque

isso eleva os juros líquidos pagos pelo governo, com efeito na dívida. E isso aumenta o resultado primário necessário para estabilizar a dívida ", diz.

Para Barbosa, é preciso discutir o benefício de programas dessa natureza. "Eu estou fazendo isso para fazer inovação. Por quê? Porque há uma corrida tecnológica no mundo e o Brasil está ficando para trás. Se não nos movermos, não trazemos nada e perdemos o que já existe. Por exemplo, o Fundo Clima está financiando uma frota de ônibus [a combustão] por ônibus elétrico, o que reduz poluição, vai ter efeitos na saúde, na despesa do SUS [Sistema Único de Saúde]. Não é tão fácil calcular. Se eu perguntar para dois economistas, ele vão dar quatro estimativas."

Segundo as demonstrações financeiras do BNDES, o banco fechou 2024 com lucro líquido de R\$ 26,4 bilhões, com alta de 20,5% frente a 2023. Segundo as regras atuais, os resultados do banco permite uma distribuição mínima de dividendos à União de R\$ 6,3 bilhões. Essa distribuição ao governo federal relativa ao lucro de 2024 pode chegar a R\$ 15 bilhões. Há também outros R\$ 16,1 bilhões em reserva, de resultados de períodos anteriores. O valor total que o BNDES poderia distribuir em dividendos neste ano para a União seria, portanto, de R\$31,1 bilhões.

Na terça, dia 25, ao divulgar os resultados do banco, o diretor da área financeira do BNDES, Alexandre Abreu, informou que a questão dos dividendos deverá ser decidida em assembleia de acionistas. No ano passado foram R\$ 29,5 bilhões em dividendos pagos pelo BNDES à União, em valores relativos ao lucro do banco em 2023 e em períodos anteriores.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188128?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188128?page=1§ion=1)**

Rui Costa defende compromisso fiscal e ações de Haddad

O ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), afirmou na quarta-feira (26) que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não deve adotar "medidas excepcionais" para impulsionar o crescimento da economia, apesar das pesquisas de opinião pública mostrarem a queda da popularidade da gestão. Ao participar de um evento promovido pelo banco BTG Pactual, em São Paulo, Costa reforçou que o governo Lula tem responsabilidade fiscal, defendeu medidas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e criticou o mercado financeiro por errar nas previsões econômicas e "apostar" em um baixo crescimento da economia no país.

Em meio a especulações de que o governo deve aumentar o gasto fiscal com medidas populistas para melhorar sua avaliação, Costa negou. "Não tenham dúvida da absoluta responsabilidade fiscal do governo Lula", afirmou o ministro a investidores.

"O mercado não acertou nesses dois anos, previa crescimento menor. Não acertou nas medidas de contenção que fizemos", disse. "Poucos acreditavam que faríamos o primário e alcançaríamos a meta zero", disse durante o evento.

O ministro ressaltou que o governo não adotará nenhuma medida que amplie fortemente as despesas. "Não haverá medida excepcional para o crescimento da economia", disse.

Antes da palestra, Costa refutou especulações sobre o aumento de gastos do governo ao falar com jornalistas, e reforçou o compromisso de Lula com o arcabouço fiscal. "Há uma avaliação injusta do governo Lula por parte de alguns segmentos. Nós recebemos o país desmontado, onde se praticou uma absoluta irresponsabilidade fiscal, como o não pagamento de precatório de 2022 de R\$ 90 bilhões para se produzir um número falso de superávit primário", disse, em crítica à gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). "Nós tivemos no ano passado o melhor superávit primário fiscal dos últimos dez anos", afirmou a jornalistas.

O ministro da Casa Civil disse ainda que Lula bloqueou R\$ 20 bilhões do PAC para poder alcançar a meta fiscal. "Não há motivo concreto, real, pelas atitudes que o presidente Lula determinou em 2023, 2024 para qualquer dúvida sobre o compromisso

absoluto, concreto do presidente com o arcabouço fiscal que ele propôs, que ele pediu ao Congresso", disse.

No evento com investidores, o ministro disse ainda que a **reforma ministerial**, que começou a ser feita na terça-feira (25) por Lula com a demissão da ministra da Saúde, Nísia Trindade, não está relacionada com as eleições de 2026, quando o presidente deve tentar a reeleição. "Não ouvi o presidente fazer correlação entre as mudanças de governo e o processo eleitoral de 2026. Ele está buscando eficiência", afirmou, evitando detalhar as mudanças que serão feitas por Lula no primeiro escalão do governo.

Mais cedo, em entrevista à GloboNews, o ministro afirmou que ainda não há uma definição dentro do governo sobre quem será o substituto de Alexandre Padilha na Secretaria de Relações Institucionais. Costa disse que, por enquanto, o nome "deve estar na cabeça do presidente".

A saída de Padilha da SR1 abre disputa pelo ministério, responsável pela articulação política e que maneja o fluxo de liberação de emendas parlamentares. A pasta é cobiçada pelo Centrão e pelo PT.

Antes do evento do BTG, a jornalistas, o ministro afirmou que o governo não deve se "deprimir" por conta de recentes pesquisas de opinião que mostram uma forte queda de popularidade da gestão Lula. Levantamento feito pela Genial/Quaest e publicado na quarta-feira, por exemplo, mostra que a desaprovação do governo Lula passa dos 60% em seis Estados - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul. Segundo a pesquisa, o desempenho do presidente piorou em Estados do Nordeste, região em que o PT e Lula costumam ter melhor avaliação e desempenho eleitoral.

Costa ponderou que o governo precisa melhorar a comunicação e reduzir o preço dos alimentos para melhorar a avaliação. No entanto, negou qualquer tipo de intervencionismo estatal para tabelar o preço dos alimentos.

Em entrevista à GloboNews, o titular da Casa Civil afirmou ainda que há uma expectativa do governo de que a **inflação** dos alimentos - também apontada

como um dos fatores para a piora na avaliação do governo - deve cair no segundo semestre.

"Temos a boa notícia de expectativa de grande safra neste ano e todos os estudos apontam que principais preços estarão em declínio", afirmou o ministro.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188128?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188128?page=1§ion=1)**

Subir juro ante inflação é 'imbecilidade', diz Marinho

Estevão Taiar De Brasília

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou ontem que o aumento de juros pelo Banco Central (BC) para controlar a **inflação** "é uma imbecilidade". Ele também disse que o presidente da autoridade monetária, Gabriel Galípolo, "está respondendo à ânsia do mercado" ao indicar alta de mais 1 ponto percentual da Selic.

"Espero que ele [Galípolo] não cumpra esse contrato [de mais uma alta de 1 ponto da Selic]", disse em entrevista coletiva sobre os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) referentes a janeiro. O ministro afirmou que o mercado financeiro fica "nervosinho" e considera "ruim" quando são divulgados números positivos do mercado de trabalho.

De acordo com Marinho, o BC "precisa monitorar" o mercado de trabalho para "controlar" a **inflação**. "Mas também precisa dialogar com setores produtivos em uma economia crescente", disse ele, que pediu "juízo" ao BC na condução da política monetária. "Você controla **inflação** também com oferta."

A condução da Selic é decidida por maioria simples entre os nove membros do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Desde julho, o colegiado elevou por unanimidade a taxa básica de juros de 10,5% ao ano para 13,25%. Além disso, também por unanimidade, o colegiado já sinalizou alta adicional de 1 ponto percentual para a reunião de março. Na ocasião, o Copom afirmou que a conjuntura era marcada "por desancoragem adicional das expectativas de **inflação**, elevação das projeções de **inflação** [do próprio BC], resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho, o que exige uma política monetária mais contracionista".

No acumulado de 12 meses até janeiro, o índice de Preços ao Consumidor Amplo (1PCA) ficou em 4,56%. A meta de **inflação** estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e a ser perseguida pelo BC é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. O CMN é composto por Galípolo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Quando o indicador fica fora do intervalo por seis meses consecutivos, o presidente do BC precisa escrever uma carta pública

para o ministro da Fazenda, que também é presidente do CMN, para justificar os motivos do descumprimento. Galípolo foi indicado anteriormente para a diretoria de política monetária e, posteriormente, para a presidência do BC pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188128?page=1§ion=1>

Tesouro vê mais interesse de investidor e emite recorde de R\$ 198 bi em fevereiro

Jéssica Sant"Ana De Brasília

O Tesouro Nacional avalia que fevereiro foi "bastante favorável" do ponto de vista de gestão da Dívida Pública Federal (DPF), com uma emissão da ordem de R\$ 198 bilhões, o que deve ser um recorde. Janeiro também foi positivo, com emissões que somaram R\$ 145,51 bilhões.

Os números foram divulgados ontem pela secretaria do Ministério da Fazenda. Os dois primeiros meses deste ano também foram marcados por uma melhora na composição dos títulos emitidos, com maior participação de papéis pré-fixados e atrelados à **inflação**, contra um 2024 marcado por emissões de **LFTs** (títulos atrelados à Selic) - como mostrou reportagem do Valor publicada na terça-feira.

A alta no volume das emissões e a melhora da composição são reflexo de um maior apetite a risco dos investidores, segundo o coordenador-geral de operações da dívida pública do Tesouro Nacional, Helano Borges Dias.

Ele disse que os investidores observaram um maior pragmatismo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na guerra comercial anunciada, o que teve reflexo para países emergentes, como o Brasil. No cenário doméstico, os indicadores apontaram para uma perda de dinamismo da economia, contribuindo para que curva de juros perdesse nível e inclinação, avaliou.

"O mês de fevereiro, na esteira de um ambiente [externo e interno] mais favorável, teve maior apetite a risco, maior capacidade de emissão e maior qualidade do ponto de vista de composição", afirmou o técnico do Tesouro. O mesmo cenário foi observado em janeiro, destacou.

Segundo Dias, "é natural" que haja uma mudança "substancial" do ponto de vista de composição do estoque da dívida em 2025, porque neste ano há previsão de maior vencimento de títulos pré-fixados e de NTN-Bs (atrelados à **inflação**), em vez de LFTs.

Questionado sobre o que o Tesouro fará se o cenário mudar nos próximos meses, Dias afirmou que os parâmetros do Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida trazem tanto a possibilidade de o órgão

acelerar as emissões de papéis pré-fixados e atrelados a índices de preços quanto de reduzir o ritmo delas.

"Caso venha um cenário mais favorável, [isso] tende a afetar o apetite [dos investidores] e o Tesouro, melhorara qualidade", disse. "Se as condições não forem favoráveis, o Tesouro tende a ajustar [perfil das emissões], sempre buscando parâmetros do PAF e respeitando condições de demanda."

A Dívida Pública Federal terminou janeiro em R\$ 7,253 trilhões, queda de 0,87% em relação a dezembro de 2024. Pelo PAF, a DPF deve encerrar o ano de 2025 entre R\$ 8,1 trilhões e R\$ 8,5 trilhões.

O colchão de liquidez da dívida fechou janeiro em R\$ 743,92 bilhões, suficiente para cobrir 6,72 meses de vencimentos de títulos.

As emissões da DPF corresponderam a R\$ 145,51 bilhões em janeiro, enquanto os resgates somaram R\$ 255,28 bilhões, o que resultou em resgate líquido de R\$ 109,76 bilhões. A participação dos pós-fixados subiu de 46,29%, em dezembro para 47,98% em janeiro. Pelos limites do PAF, a fatia deve variar entre 48% e 52%.

Já os títulos prefixados representaram 20,15% da DPF em janeiro (21,99% em dezembro). Os papéis ligados a índices de preços representaram 27,72% do total (26,96%). Já aqueles ligados a câmbio ficaram em 4,15% (4,76%). Pelo PAF, a participação dos prefixados deve ficar entre 19% e 23%. Já os atrelados a índice de preços devem variar de 24% a 28% e os papéis ligados ao câmbio, entre 3% e 7%.

A participação de investidores não residentes na dívida mobiliária federal interna (DPMFi)

caiu de 10,20% em dezembro para 9,94% em janeiro deste ano.

Por fim, o custo médio acumulado em 12 meses do estoque da DPF fechou janeiro em 11,40%, contra 11,80% do mês anterior, reflexo da alta da Selic.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188128?page=1§ion=1>

Motor da reforma ministerial é a luta interna

oferecer futuro. A definição, dada por um colaborador de mais de uma década do presidente da República, impõe um desafio a mais para a **reforma ministerial** iniciada nesta terça por Luiz Inácio Lula da Silva: convencer o eleitor de que pretende lhe oferecer futuro devolvendo a Saúde para um ministro que já a ocupou ou, missão impossível, com o deputado José Guimarães (FÊ-CE) na Secretaria de Relações Institucionais.

Se Alexandre Padilha é o nome ideal para a Saúde por que não a ocupou desde janeiro de 2023? Porque Lula queria dar uma resposta ao negacionismo e conter o reinado do Centrão na Pasta com o currículo irrepreensível da então presidente da Fiocruz. Pela deselegância com a qual Nísia Trindade foi tirada do governo, o presidente sugere que a melhor maneira de encobrir um erro é cometendo outro.

A chance de Padilha em mostrar serviço está baseada num sinal do passado, o sucesso do Mais Médicos, e num do futuro: o ministro abdicará da reeleição à Câmara para ficar até o fim do governo.

Colaboradores de sua gestão pregressa na Saúde exaltam um traço, até exaustivo, de sua passagem pela Pasta, que é a disposição em reunir secretários para ouvir problemas e encaminhar soluções. Se isso marcará uma mudança em relação à atual gestão, ainda não está claro como o Mais Especialidades, anunciado em 2023 como prioridade deste governo, se viabilizará.

O sucesso do Mais Médicos não é garantia de êxito para seu sucedâneo. O programa foi implantado sobre uma estrada já asfaltada pela municipalização da saúde e pela atenção primária, que hoje conta com 52 mil equipes de saúde da família. O Mais Médicos identificou os gargalos nessa estrutura em áreas remotas e os preencheu.

O Mais Especialidades se implanta sobre uma estrada de terra. A atenção especializada requer uma articulação federativa complexa para abrir o acesso da população de pequenos municípios a um atendimento disponível apenas em centros maiores.

Se este é um problema que um gestor com mais habilidade política é capaz de resolver, não está claro como o Mais Especialidades contornará os percalços de seu precursor. Foi a partir da gestão Padilha, no governo Dilma Rousseff, que petistas e médicos, por meio de entidades que os representam como os

conselhos regionais, tomaram-se água e óleo.

Por um lado, os médicos nunca aceitaram o Revalida e a vinda de médicos cubanos e, por outro, o governo se contentou com a aprovação da ampla maioria da população ao programa. De lá pra cá esse divórcio só aumentou com a adesão das entidades médicas ao bolsonarismo. Se é verdade que, entre a aprovação popular e a das entidades, não parece haver dúvida da opção a ser tomada, também parece claro que este rumo tende a agudizar os conflitos na gestão do programa e esgarçar as relações com um setor da sociedade já radicalizado contra o governo.

Se a escolha de Padilha para Saúde é uma jogada de risco com possibilidade de ganhos, a eventual nomeação Guimarães para a SRI é um jogo de perder-perde. Enturmado com a mesa da Câmara desde a gestão Arthur Lira (PP- AL), Guimarães não tem entrada no Senado. Se já era difícil para o parlamentar de uma Casa se impor sobre a outra, com o orçamento impositivo ficou ainda mais difícil.

Além disso, fazer Guimarães ministro é um meme pronto, o dos dólares na cueca. Vinte anos atrás, um assessor do deputado, à época na Assembleia Legislativa do Ceará, foi preso no aeroporto de Congonhas (SP) com US\$ 100 mil na cueca e R\$ 209 mil numa mala de mão. O Supremo Tribunal Federal se declarou incompetente para julgar a ação e a remeteu à Justiça Federal do Ceará, instância em que prescreveu.

A ida de Guimarães para a SRI, na verdade, parece consolidar no Palácio do Planalto, um processo que já foi deflagrado no PT. O de entronizar a luta interna como a baliza deste biênio. O que está em disputa é quem comandará a sucessão. No PT, a mudança no estatuto possibilitou a recondução da atual tesoureira da legenda, Gleide Andrade, limitando o alcance das mudanças pretendidas pela gestão do favorito à presidência do partido, o ex-prefeito de Araraquara, Edinho Silva. No governo, a chegada de Guimarães, um dos parlamentares mais próximos da atual presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PT-PR), ao Palácio do

Planalto, também reproduziria a mesma lógica.

Tanto o afastamento de Padilha do Palácio quanto a chegada de Guimarães e a eventual escolha de Gleisi para a Secretaria-Geral da Presidência também clestravam os empecilhos a que o ministro da Casa

Civil pontifique no núcleo do poçler. Ele ansiava por isso desde a virada do ano. No dia 9 cie janeiro, em entrevista à GloboNews, Rui Costa acencleu o fogareiro dizendo que Lula faria **reforma ministerial** ainda naquele mês. Quarenta e oito dias depois, Nisia é primeiro quitute da fritura. Pudera ter saído tostada.

Esse poçler tem sido capaz de salvaguardar o PAC dos cortes, inclusive os contraproducentes. Os investimentos em energia eólica e solar, que ultrapassaram em 25% a meta, geraram um excedente de energia não remunerado cuja indenização pode cair na conta do consumidor. Todo esse poçler só não foi capaz cie evitar que na Bahia, segundo a Genial/Quaest, a aprovação do governo colhesse sua maior queda.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188128?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188128?page=1§ion=1)**

Líderes do Centrão reclamam de demora na reforma

Minutos após a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de demitir Nísia Trindade do comando do Ministério da Saúde e de substituí-la por Alexandre Padilha (PT), lideranças do Centrão compartilhavam, em conversas no plenário da Câmara dos Deputados, reclamações com o formato a conta gotas escolhido para a **reforma ministerial**. A insatisfação com o ritmo de trocas na Esplanada ocorre em momento de fragilidade e popularidade em queda do governo, o que já faz parte dos integrantes do bloco defender um afastamento da gestão petista.

A mudança na Saúde ocorreu isoladamente, assim como a substituição de Paulo Pimenta por Sidônio Palmeira na Secretária de Comunicação Social (Secom). Além de criticarem essa estratégia, críticos afirmam que Lula perdeu o timing para os ajustes, justamente por engrenar as trocas enquanto índices de aprovação recuam até mesmo entre os eleitores do petista.

Nesse sentido, parlamentares mais insatisfeitos com o governo já admitem a possibilidade de um desembarque em massa do bloco governista - do qual fazem parte mais por terem cargos do que por garantirem uma ampla fatia de votos em apreciações

consideradas importantes para o Palácio do Planalto - caso Lula não se recupere rapidamente dos recentes reveses nas pesquisas de avaliação de seu governo.

A demissão de Nísia ocorreu após semanas de especulação e foi apenas a segunda troca após o ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmar que o presidente faria trocas no primeiro escalão ainda em janeiro. Além de ser um formato criticado por parlamentares do Centrão, a troca de forma isolada também é apontada por petistas como um dos fatores que contribuíram para o desgaste da ministra, cuja saída poderia ter sido "diluída" com outras mudanças.

A próxima troca contratada é na Secretaria de Relações Institucionais (SRI), que Padilha deixará para assumir o posto de Nísia. Líderes do Centrão já avaliam que Lula falha ao demonstrar hesitação na definição de um nome para assumir o cargo, responsável pela articulação política. A leitura é que a migração do ministro da para a Saúde já estava

Parlamentares mais desgostosos já admitem a

possibilidade de deixara base

no radar do presidente e que a indefinição sobre seu substituto reforça o sentimento de que o mandatário está "perdido".

Na quarta-feira, o petista chegou a afirmar que o nome já está definido, mas pontuou que ainda não o tornou público, porque a conversa com o novo auxiliar ainda estava pendente.

Enquanto uma ala do Centrão segue defendendo que um nome do grupo, como Isnaldo Bulhões (MDB-AL), assuma a missão, uma outra ala, cada vez mais crescente, acredita que é melhor "deixar a batata quente" de tentar melhorar o ambiente político para um nome do PT. Fontes chegaram a relatar que a pasta "nem é tão atrativa assim e dá muita dor de cabeça".

Essa avaliação é contestada no Palácio do Planalto. Na avaliação de fontes ligadas à gestão petista, a sinalização de desinteresse do Centrão pela articulação política seria uma estratégia do bloco para "vender ainda mais caro" o apoio ao governo.

Segundo essas fontes, ainda que o cargo já não tenha o mesmo poder que já deteve sobre as emendas parlamentares, auxiliares de Lula pontuam que o posto é estratégico, porque seu titular é figura central na definição de como e onde apadrinhados de parlamentares serão alojados em cargos federais.

A definição dos novos nomes é

considerada fundamental para avançar na pauta prioritária no Congresso. Lideranças próximas dos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pontuam que Lula precisa dar tração às mudanças para não "atrasar ainda mais o que já deveria ter acontecido".

Destacam que a agenda do país está travada, em função da inércia do Executivo sobre essas mudanças no time do presidente. A execução das emendas parlamentares também era ponto de atenção, em avaliação feita ao Valor antes da decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que liberou os repasses.

Para lideranças prestigiadas de partidos de centro, Lula tem conhecimento sobre o que precisa fazer e precisa agir. Depois de fazer a **reforma ministerial** e encontrar uma solução, em conjunto com os outros Poderes, para as emendas parlamentares, é preciso engrenar na votação do Orçamento de 2025 e apresentar uma agenda própria para o país "para evitar ser engolido por uma agenda imposta pelo Congresso".

Após todas essas questões, parlamentares mais otimistas - e até mesmo pacientes - acreditam que será possível pavimentar o caminho da retomada da popularidade.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188128?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188128?page=1§ion=1)**